

Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT
Nº 206[a]

Secretaria Nacional de Comunicação
22 - Maio- 2003

Previdência e medalha

Executiva da CUT divulga texto sobre reforma da Previdência

Com juros altos não há crescimento econômico

Debate sobre Previdência pode ser acompanhado pela Internet

Sindicato da Força Sindical "turbina" acordos salariais

AGENDA

Previdência e medalha

O presidente nacional da CUT, João Felicio, estará, hoje, em Brasília, debatendo, às 14 horas, a Reforma da Previdência na Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados. Ainda em Brasília, Felicio receberá homenagens do Tribunal Superior do Trabalho, TST, em comemoração aos 60 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas. O TST conferiu medalhas às personalidades do mundo do trabalho, em 2002. Mas, na ocasião, Felicio não pode comparecer.

Ínicio

ACONTECE

Executiva da CUT divulga texto sobre reforma da Previdência

A Executiva Nacional da CUT, reunida ontem, em São Paulo, debateu a reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional e aprovou o texto que se segue para a informação de todas as instâncias da central.

Por uma reforma que amplie direitos

Desde 1995, a CUT considera que a Reforma da Previdência deve resgatar o conceito de Seguridade Social, onde as políticas públicas relativas à saúde, assistência e previdência social devem ser pensadas de forma conjunta e articulada. A Previdência Social deve ser pública, única, universal, solidária e com um teto que conte cole a grande maioria dos assalariados brasileiros. Defendemos também que seja concedida por tempo de serviço, garantindo-se aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício da sua função. O sistema deve ter caráter contributivo, com gestão quadripartite (governo, trabalhadores da ativa, aposentados e empresários).

Na medida em que, o Projeto de Reforma da Previdência já encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional possui inúmeros aspectos que penalizam trabalhadores do setor público e privado com baixos salários, a Executiva Nacional da CUT, reunida no dia 21 de maio de 2003, resolve apresentar emendas modificando os seguintes pontos do projeto:

Em relação ao teto

Propomos a fixação de um teto uniforme equivalente a 20 vezes o piso do Regime Geral de Previdência Social, o que totalizaria hoje R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), patamar que permite contemplar cerca de 95% dos assalariados brasileiros.

A CUT defende ainda a imediata votação da Lei que define o teto de remuneração dos três poderes para acabar com as aposentadorias privilegiadas.

Previdência complementar

Propomos que, acima do teto fixado para as aposentadorias dos servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da reforma, sejam criadas entidades fechadas de previdência complementar, sem fins lucrativos, geridas de forma paritária entre representantes do Governo e dos servidores, e financiadas pelas contribuições de ambos na relação de 1 por 1.

Idade mínima exigida para a aposentadoria

A CUT propõe a manutenção das regras em vigor, para os servidores que ingressaram no serviço público após 16.12.1998 e do critério de transição vigente (para aqueles que já eram servidores em 16.12.1998), cuja idade mínima ficou fixada em 53 e 48 anos (homens e mulheres, respectivamente).

Critério de cálculo do valor das aposentadorias e pensões

Para os atuais servidores a CUT defende a manutenção da atual regra de cálculo do valor das aposentadorias e pensões, balizada pela integralidade em relação a ultima remuneração em atividade.

Para os servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da Emenda, a CUT defende a fixação de um teto de aposentadorias (a valores de hoje R\$ 4.800,00), acima do qual os servidores deveriam contribuir para um fundo de previdência complementar, cabendo a este fixar as regras de cálculo do valor da parcela da aposentadoria a seu encargo.

No que tange ao valor das pensões, defendemos que estas, no setor público e no setor privado, sejam iguais aos valores das aposentadorias respectivas, sem reduções de qualquer ordem.

Paridade entre ativos e inativos

A CUT defende a manutenção do princípio da paridade para os atuais e futuros servidores.

Admitimos, contudo, que os benefícios ou vantagens salariais novas (não relacionadas com reajustes salariais destinados a repor o poder aquisitivo corroído pela inflação), sofram a incidência de contribuições assegurando o princípio contributivo, cabendo ao órgão previdenciário aplicar o cálculo atuarial para que o novo benefício seja devidamente financiado.

Estabelecimento de alíquotas de contribuição incidentes sobre aposentadorias e pensões

A CUT manifesta-se pela manutenção da isenção contributiva de aposentados e pensionistas à previdência social, tanto no regime dos servidores públicos quanto no Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Regulamentação das atividades especiais no setor público

A CUT entende que as atividades exercidas pelos trabalhadores expostos à ação de agentes ou ambientes insalubres, perigosos, periculoso ou penosos, devem receber tratamento especial. Esta garantia está inserida na Constituição Federal, desde 1988, mas, até o momento, não foi objeto de regulamentação, fazendo com que milhares de servidores públicos sejam forçados a exercer atividades desta natureza por períodos expressivamente superiores aos recomendados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). A regulamentação deste direito deve seguir os mesmos critérios e condições previstas para o setor privado, na medida em que a natureza e a lesividade dos agentes é a mesma, devendo prever aposentadoria aos 15, 20 e 25 anos de trabalho de acordo com o tipo de atividade desenvolvida.

Aposentadoria especial

A CUT defende a manutenção da aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício da sua função, inclusive para professores e professoras do ensino fundamental e médio, sendo 25 e 30 anos de serviço (para mulheres e homens respectivamente).

Estabelecimento de mecanismos de proteção para as aposentadorias do INSS

Com a introdução do "fator previdenciário" após a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, houve uma significativa redução no valor dos benefícios finais concedidos, se comparados ao último salário em atividade. Esta medida atinge da mesma forma aposentados com rendas distintas. Neste sentido, a CUT propõe que seja alterada a forma de cálculo dos benefícios do INSS, de modo a incorporar uma variável que defenda as menores faixas de renda, em especial se estas estiverem combinadas com ingresso precoce no mercado de trabalho e renda média baixa durante a vida laboral.

Gestão democrática e paritária para todos os regimes previdenciários

A gestão democrática está inscrita na Constituição Federal, mas não está implantada como deveria. A transparência, o acesso permanente de todos os trabalhadores à informações sobre o sistema previdenciário para o conhecimento dos direitos e a efetiva gestão paritária e democrática são essenciais à proteção da Previdência Social.

Seguro de Acidente de Trabalho - SAT

O SAT deve ser público. Os benefícios, tratamento e reabilitação devem ser públicos e sua gestão deve ser paritária.

Combate à sonegação

A CUT defende a realização de uma auditoria nas contas da previdência e a introdução de mecanismos legais que coibam a sonegação.

A CUT, da mesma maneira como lutou contra a flexibilização de direitos da CLT e o "Fator Previdenciário", medidas que atingiam brutalmente o trabalhador da iniciativa privada, tudo fará para que esses pontos negativos da proposta do governo sejam alterados. Vamos mobilizar nossos sindicatos, pressionar os deputados, apresentar emendas, participar de audiências e atos públicos e utilizar todos os instrumentos de luta que fazem parte da nossa história. A CUT convocará e participará ativamente do ato público convocado para o dia 11 de junho, em Brasília.

Executiva Nacional da CUT

Início

Com juros altos não há crescimento econômico

Com juros altos não há crescimento econômico

Essa é a nota da CUT sobre a manutenção, pelo Copom, das taxas de juros praticadas atualmente.

"Mais uma vez vemos nossas expectativas frustradas. A CUT entende que a decisão do COPOM em manter a taxa básica de juros nos estratosféricos 26,5%, além de incompreensível para o momento que o país atravessa, impede o desenvolvimento econômico do país, impondo ainda mais sacrifícios a tão sofrida população brasileira.

O país precisa crescer economicamente para gerar empregos, melhorar o poder aquisitivo da população e combater a exclusão social. O povo brasileiro não suporta mais ser penalizado por um injustificado excesso de cautela."

João Antonio Felício
Presidente Nacional da CUT

Início

MOVIMENTO

Debate sobre Previdência pode ser acompanhado pela Internet

O Partido dos Trabalhadores e a Fundação Perseu Abramo realizam, amanhã e sábado, debates sobre a reforma da Previdência proposta pelo governo Lula. Os debates serão no Hotel Braston, em São Paulo.

Pela manhã, o tema será as experiências internacionais, com Laura Tavares Soares, doutora em política social e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Einar Braathen, cientista político e pesquisador do Instituto Norueguês de Pesquisa Urbana e Regional; e Rosa Marques, economista e especialista em políticas sociais.

No Sábado, 24, às 14 horas, com o tema "Previdência Social no Brasil". Participam os deputados José Pimentel (PT-CE), relator da reforma na comissão especial, e Arlindo Chinaglia (PT-SP) e a professora da Universidade Federal de Minas Gerais Eli Iôla Gurgel Andrade. O encontro será encerrado à tarde, com debate sobre a situação atual da Previdência e as propostas de reforma.

Participarão da última mesa o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, o presidente da CUT, João Felício, e a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Sulamis Dain.

Internet

A novidade é que os debates poderão ser acompanhados por um telão instalado do lado de fora do Hotel e, pela internet. As páginas do PT (www.pt.org.br) e da fundação (www.fpabramo.org.br) transmitirão dos debates ao vivo.

"Petroleiros de terra" também terão PLR a 8,3 mil reais

A direção da Transpetro aceitou estender aos trabalhadores de terra a mesma proposta de PLR assinada pela Petrobrás em 2002 à categoria. Ou seja: R\$ 8,3 mil até o nível 31/Transpetro (equivalente na tabela da Petrobras ao nível 241). Aos demais trabalhadores acima do nível 32, os valores serão escalonados. O acordo será assinado entre hoje e amanhã e entrará em vigor em cinco dias, após a assinatura.

Greve do Pólo gás-químico de Caxias entra no décimo dia

Até o fechamento desse Informacut, os trabalhadores do pólo gás -químico de Caxias estavam no décimo dia de greve. A empresa, localizada próximo às tubulações do gasoduto, recusa-se a pagar o adicional de periculosidade aos seus quatro mil empregados. Evidência do perigo a que estão sujeitos os trabalhadores foi a evacuação da área, no último dia 16, quando ocorreu uma explosão na Petroflex. Cinco mil pessoas que moram próximo ao local foram retiradas. Mesmo assim, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Nelson Tomaz Braga determinou a volta ao trabalho de 50% dos

trabalhadores e estabeleceu multa ao sindicato de R\$ 5.000,00 diários, caso a determinação não seja cumprida.

Aeroviários denunciam empresas terceirizadas

O Sindicato Nacional dos Aeroviários encaminhou denúncias ao Ministério Público do Trabalho e ao Departamento de Aviação Civil contra empresas terceirizadas que operam no setor aéreo do País. Além do problema da falta de segurança nos locais de trabalho, o Sindicato reclama de horas-extras excessivas impostas pelas empresas. O Sindicato denuncia ainda que as firmas terceirizadas obrigam os funcionários a exercerem funções para as quais não estão habilitados.

Prefeito proíbe manifestação em Belo Horizonte

O prefeito interino Betinho Duarte (sem partido) proibiu qualquer tipo de manifestações no centro de Belo Horizonte, principalmente às sextas-feiras, entre 14h e 18h. A decisão está valendo desde segunda-feira, 19/05. O prefeito interino diz que as ordens são o Prefeito Fernando Pimentel, que se encontra nos EUA.

Não há lei que impeça a realização de manifestações em locais públicos e a restrição de horários e locais só podem ser feita através de decreto ou projeto de lei, o que não foi o caso. A proibição foi classificada como antidemocrática, por lideranças políticas, sindicais e comunitárias.

Diretor da FTTIM é suspenso por envolvimento com a ditadura argentina

O Comitê Executivo da Federação Internacional dos Metalúrgicos (Fitim) decidiu na quinta-feira da semana passada, em Genebra, suspender o argentino José Rodriguez da vice-presidência da entidade. Rodriguez, também secretário geral do sindicato argentino (SMATA), ocupa o no organismo internacional há trinta anos. Rodríguez está sendo acusado de ter participado da repressão contra os trabalhadores da Mercedes Benz Argentina durante os anos 70. Segundo documentos do arquivo da Fitim, Rodríguez e o então ministro do Trabalho, Carlos Ruckauf, pediram a demissão de mais de 115 operários da Mercedes Benz, entre eles 15 trabalhadores que depois do golpe militar foram seqüestrados e desapareceram.

O sindicato metalúrgico austríaco foi o primeiro a pedir oficialmente uma investigação da Fitim contra Rodríguez. Os italianos, franceses, espanhóis e canadenses vieram em seguida. Em janeiro, durante o FSM, a CUT ouviu os relatos dos ex-trabalhadores da Mercedes Benz e escreveu uma carta à direção da Fitim, pedindo que se rompesse o silêncio e que se tomasse uma atitude clara contra um vice-presidente que presumivelmente está envolvido em violações de direitos humanos. A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT pediu a suspensão de José Rodríguez.

(Boletim do TIE. Tradução: Claudia Santiago)

A mulher carioca e a história do Rio de Janeiro

A Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT/RJ lança, no próximo dia 18 de maio, às 18 horas, no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, o livro *Um Rio de Mulheres - A Participação das Mulheres Fluminense na História do Estado do Rio de Janeiro*, de Schuma Schumaher e Érico Vital Brazil.

Estudo mostra que exclusão social aumentou 11% no país entre 1980 e 2000

A exclusão social aumentou 11% no país entre 1980 e 2000. Nessas duas décadas, o número de excluídos passou de 51 milhões (42,6% da população de 120 milhões de habitantes) para 80 milhões (47,3% da população de 170 milhões).

Os dados constam do *Atlas de Exclusão Social no Brasil - 2*, que revela o ranking dos Estados e a evolução da exclusão no país entre 1960 e 2000.

O aumento do desemprego e da violência são os principais fatores que contribuíram para o crescimento da exclusão social país. Entre os dados pesquisados, a Educação foi o único setor a apresentar melhora.

O "Atlas da Exclusão Social no Brasil - 2" divulgado hoje no Conselho Regional de Economia de São Paulo, na capital paulista, é resultado do trabalho da equipe de pesquisadores das Universidades de São Paulo (USP), de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo (PUC/SP), sob a coordenação do economista Márcio Pochmann, secretário municipal do Trabalho de São Paulo.

Bancos têm de garantir segurança no auto-atendimento

A Polícia Federal reforçou, em reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada, no dia 24 de abril, orientação para que os bancos mantenham seguranças nos ambientes de auto-atendimento no interior das agências bancárias de todo o país. Até então, alguns bancos vinham se esquivando da segurança nestes espaços em virtude de lay-out físico.

De acordo com Carlos Cordeiro, um dos representantes da CNB/CUT na Comissão Consultiva de Segurança Privada, a determinação da Polícia Federal acolhe argumentos defendidos pelos bancários. "Entendemos que o auto-atendimento tem de ser considerado no plano de segurança das agências, pois são espaços onde também há manuseio de recursos financeiros. Alguns bancos vinham instalando equipamentos e mantendo seguranças apenas na metade da agência para dentro, deixando em descoberto o auto-atendimento. Os bancos têm de se adaptar à regra, sob pena de multas".

Para o dirigente, os bancos têm o dever de garantir a segurança, sobretudo diante de seus elevados lucros, não apenas de bancários e dos demais trabalhadores das agências, mas também dos usuários de todo o sistema. "Infelizmente, os caixas eletrônicos externos estão fora da determinação. Ao novo ver, essas unidades também requerem atenção, pois deixam os clientes vulneráveis aos seqüestros relâmpagos".

Lucimar Cruz Beraldo - FETEC/CUT-SP

Início

SINDICALISMO DE NEGÓCIOS

Sindicato da Força Sindical "turbina" acordos salariais

Os acordos salariais de emergência feitos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (Força Sindical) para repor as perdas causadas pela inflação não são o que parecem. Os números foram exagerados para mostrar o poder de fogo da central e pressionar mais indústrias a concederem antecipação salarial de 10%.

Empresas foram incluídas nas listas de acordos divulgadas diariamente pelo sindicato quando ainda negociavam a reposição ou tinham feito apenas acordos "no fio de bigode" (na confiança). Algumas das listadas nem sequer têm intenção de dar reajuste.

Os 1.773 acordos feitos em 48 dias para 177,4 mil metalúrgicos, como informa o sindicato -número considerado "fenômeno" até por sindicalistas da central-, incluem empresas representadas em acordos fechados por setor. Não são por fábrica, como anunciado especialmente e no início da campanha salarial de emergência, que começou em 26 de março.

O que o sindicato fez foi somar empresas representadas em acordos com sindicatos patronais, as que sinalizaram com possíveis acordos, as que fizeram negociação apenas verbal e as que de fato formalizaram o acordo para mostrar sucesso nos números.

Mesmo levando em conta as 1.036 empresas que integram os acordos por setor (máquinas, distribuição de produtos siderúrgicos, fundição e autopeças), há uma diferença de 600 empresas.

É que, até a última sexta-feira, a Folha teve acesso a nomes de apenas 137 empresas que teriam feito acordo. Esse número foi obtido a partir de material divulgado pelo sindicato. A reportagem solicitou várias vezes a lista completa das indústrias que fizeram acordos.

O presidente do sindicato, Eleno José Bezerra, disse há dez dias que estava preparando a documentação sobre os acordos para levar à Folha. Não o fez até o fechamento desta edição.

No dia 11 de abril, o sindicato divulgou que havia feito até aquela data -ou seja, em 17 dias- 1.031 acordos: uma média de 60 acordos por dia. Para que isso tivesse ocorrido, nenhuma empresa poderia ter dito "não" ao sindicato no período.

"Subidinha"

"A papelada que envolveria a formalização desses acordos é enorme. Um sindicato não

consegue fechar mil acordos em menos de 20 dias", diz Dráusio Rangel, negociador do Sindipeças (reúne autopeças). Três dirigentes da Força, que preferiram não se identificar por temerem retaliações políticas, confirmaram à Folha a "subidinha" nos números. Contam que houve um boom na abertura de negociação, mas só uma parte resultou em acordos.

Ao consultar metade dessas 137 empresas divulgadas pelo sindicato, a Folha constatou que são raros os casos em que a antecipação de 10% foi concedida de uma só vez, como o sindicato dava a entender no início da campanha. As indústrias e o sindicato parcelaram os reajustes em até quatro vezes. Isto é, os 10% "cheios" só incidirão mesmo sobre os salários a partir do quarto mês de reajuste.

O abono, criticado pelo sindicato dos metalúrgicos por ser estratégia usada pela rival CUT, também fez parte, sim, dos acordos da Força, no caso de salários mais altos desde início da campanha. E, na última quinta-feira, o sindicato aceitou o abono por setor: fechou acordo com o Sindipeças, com intermediação da Justiça do Trabalho, que vai valer para 325 empresas e 17 mil trabalhadores.

A Electron, uma das empresas que está na lista das que fecharam acordo de antecipação, diz que fez uma negociação informal com o sindicato. "Uma coisa é dizer que concordo com o aumento de 10%. Outra é assinar um papel que estabelece um reajuste em tantas vezes e vencimentos. O fato é que não fechei acordo com o sindicato nem temos condições de dar esse aumento agora", diz Christine Ritter Von Weiss, sócia da metalúrgica Electron.

A autopeças Mauser é outra que foi incluída na lista do sindicato sem ter feito acordo.

Wagner Ribeiro, gerente, informa que havia uma proposta de acordo até a última quinta-feira, quando foi feita uma assembléia na fábrica. Os funcionários aprovaram o pagamento de 10% de antecipação em três vezes. O sindicato, porém, divulgou em e-mail enviado à Folha no dia 16 de abril que já havia fechado acordo com essa empresa.

Para José Roberto Mello, gerente da Rolamentos Fag, o movimento por reajuste, que levou o principal sindicato da Força ao noticiário, também tem objetivo político. "As cartas também estão sendo colocadas na mesa em razão das eleições no ano que vem", diz, ao se referir ao fato de o presidente da central, Paulo Pereira da Silva, estar interessado na vaga de prefeito de São Paulo.

Na ponta do lápis

A pedido da Folha, economistas compararam os acordos de antecipação com os de abono, considerando um salário de R\$ 1.000 em março. No caso de a antecipação ser três parcelas de 3,23% (sobre o salário do mês anterior), o trabalhador recebe R\$ 12.430,43 (valor nominal) em 12 meses. No caso do abono (R\$ 900 pagos em duas vezes), receberá R\$ 12.900. A diferença é de R\$ 469,57.

Considerando nesses cálculos férias, FGTS, 13º e Imposto de Renda, a diferença cai para R\$ 116,03.

Ao divulgar que conquistou em média 10% de antecipação, o sindicato reforçou a idéia de que alguns reajustes foram superiores a esse percentual. Não foi o que ocorreu. O máximo foi 10%.

Na Rayton, os 8,5% são divididos em maio, junho e julho para quem ganha até R\$ 1.800. Na Fanandre, 7% em junho, julho e agosto para quem recebe até R\$ 2.200. A Samot foi a única indústria, entre as consultadas pela Folha, que concedeu a antecipação de 10% de uma vez só em maio.

Sem registro

O sindicato dos metalúrgicos informa que fez esse montante de acordos, mas não há comprovação pública de que existem - não foram registrados na Delegacia Regional do Trabalho. Para o sindicato, não é preciso. O Ministério do Trabalho não pensa assim. "Para ter força e serem fiscalizados, precisam ser registrados", diz Nelson Santos, do ministério.

Se um trabalhador recorrer à Justiça para cobrar uma antecipação acertada e não paga, diz, ele terá de mostrar o protocolo do registro do acordo na DRT.

A Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo encaminhou há uma semana ofício ao sindicato e à DRT para obter cópia dos acordos para poder prestar serviços aos trabalhadores, caso queiram recorrer à Justiça. Ainda não obteve resposta.

(Texto de Claudia Rolli e Fátima Fernandes para a Folha de S.Paulo)

Início

[Escreva para o Informacut clicando aqui](#)
[Clique aqui para receber ou indicar alguém para receber o Informacut](#)
[Caso você não queira mais receber este boletim, clique aqui](#)

Conheça a Agência CUT de Notícias Visite a página da Central Única dos Trabalhadores

SECRETÁRIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

SANDRA CABRAL

Equipe:

Cid Marcondes - Marco Godoy - Láldert Castello Branco - Sergio dos Santos

Segundo o Decreto S. 1618, Seção 301, Parágrafo a,2,c, Título III, aprovado no 105º Congresso Base das Normativas Internacionais sobre SPAM : Um e-mail não poderá ser considerado SPAM quando inclua uma forma de ser removida